



# IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

## Portugal, território de territórios

---

---

ÁREA TEMÁTICA: Classes, Desigualdades e Políticas Públicas [ST]

---

---

**ENTRE DESIGUALDADES DE GÉNERO E ESTRATÉGIAS DE PARIDADE NA EDUCAÇÃO:  
ALGUNS RESULTADOS DE UMA PESQUISA**

---

---

SILVA, Manuel Carlos

CICS.NOVA.UMinho, [mcsilva2008@gmail.com](mailto:mcsilva2008@gmail.com)

---

### Resumo

As desigualdades de género na educação são desde há algumas décadas objecto de estudo, constituindo todavia um campo relativamente recente. Vários estudos foram demonstrando a reprodução da desigualdade por território, classe e género em termos de acesso e sucesso, apontando em especial a discriminação feminina nos percursos escolares no passado. Embora as declarações legais de escolaridade obrigatória datem da primeira metade do século XIX, a sua realização é tardia, mantendo-se elevadas taxas de analfabetismo, nomeadamente durante o Estado Novo, até finais dos anos 70, colocando Portugal na cauda da Europa. Este panorama só será alterado no pós 25 de Abril de 1974, nomeadamente nas últimas três décadas.

Com base em resultados de um projeto de investigação finalizado sobre “Desigualdades de Género no trabalho e na vida privada”, coordenado pelo autor do presente texto, sustenta-se e comprova-se a hipótese de trabalho de que quanto mais providas forem as famílias de origem, mais qualificados são os indivíduos; e, quanto menos providas forem, menos qualificados são. Por outro lado, quanto mais se ascende nos escalões etários, menos indivíduos qualificados em habilitações e vice-versa: quanto mais jovens forem os inquiridos/as, maiores níveis de habilitação possuem. Por fim, para além da elevação dos níveis de escolaridade em termos geracionais, verifica-se uma redução das disparidades entre homens e mulheres, sendo mesmo de relevar uma maior taxa de feminização no ensino secundário e superior e, portanto, uma mais intensa mobilidade educativa entre as mulheres, ainda que não profissional, que entre os homens.

### Abstract

Gender inequalities in education are provided for some decades a subject of study, constituting however a relatively new field. Several studies were demonstrating the reproduction of inequality by territory, class and gender in terms of access and success of education, pointing, particularly in the past, to the female discrimination in school trajectories. Although the legal declarations of compulsory education came from the first half XIX century, its realization is late-bound, maintaining high rates of illiteracy, in particular during the Estado Novo, by the end of the years 70, putting Portugal at the tail of Europe. This panorama will only be changed after 25 April 1974, in particular in the last three decades.

Based on the results of a research finish project on "Gender Inequalities in work and private life", coordinated by the author of this text, it is proved the working hypothesis that the more provided are the families of origin, more qualified are individuals; and the less provided, less skilled are. On the other hand, the more one rises in age levels, less qualified individuals in education and vice versa: the more younger the citizens inquired, higher levels of qualification have. Finally, in addition to the higher levels of schooling in generational terms, there is a reduction of the disparities between men and women, and even highlight a higher rate of feminization in secondary and higher education and, therefore, a more intense educational mobility among women, although not professional, than among men.

Palavras-chave: género, desigualdades, educação, profissão, idade.

Keywords: gender, inequality, education, occupation, age.

[COM0590]



## 1. Introdução

As desigualdades de género na educação são desde há algumas décadas objecto de estudo, constituindo portanto um campo relativamente recente. Vários estudos foram demonstrando a existência de uma desigualdade em termos de acesso e de sucesso e sobretudo em termos da discriminação do sexo feminino nos percursos escolares até às últimas décadas. Esta desigualdade ocorria num país onde a implementação da escolaridade básica universal passou por momentos de difícil consolidação. Embora as declarações legais de escolaridade obrigatória datem da primeira metade do século XIX, o documento legal que procura focar a sua atenção na escolarização tanto de rapazes como de raparigas surge apenas na parte final do século (Araújo 2000). As elevadas taxas de analfabetismo mantêm-se durante parte do século XX (ainda em 1971 rondavam os 75%, sendo as das mulheres mais elevadas). Esta situação condicionou as tendências de escolarização das gerações posteriores, colocando Portugal na cauda da Europa (Sebastião 1998).

No âmbito das desigualdades de género na educação, as questões mais relevantes podem enunciar-se do seguinte modo: como compreender e explicar não só o relativo atraso na escolarização por comparação com outros países como o recorrente fenómeno histórico da relativa desqualificação escolar da mulher em relação à do homem? Até que ponto se verifica uma inversão desta situação no sentido da paridade educacional e, em caso positivo, a partir de quando e quais os seus contornos? Quais as razões e os efeitos e implicações desta evolução?

Antes de mais, importa assinalar que a partir do 25 de Abril de 1974 se tem registado um conjunto de transformações assinaláveis, devendo notar-se que a escolarização da população tem constituído uma das prioridades das políticas educativas das últimas décadas, numa tentativa de aproximação aos padrões da comunidade europeia. Ainda que se constate o investimento na elevação dos níveis de escolaridade, este processo tem sido caracterizado por um não cumprimento de todas as metas formuladas (A.N.Almeida e Vieira 2006). Apesar disso, Portugal consegue em três décadas e de forma relativamente acelerada elevar a escolaridade dos indivíduos, primeiramente no 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico e, mais recentemente, no 3º Ciclo e no Ensino Superior.

Como já se assinalou, num passado recente eram as mulheres as mais afectadas pela fraca democratização do ensino superior, constatando-se que

"muitas raparigas com estudos acima da escolaridade obrigatória ficavam-se pelo fim do ensino secundário, pouco frequentavam a formação profissional e as poucas que o faziam deparavam-se com uma oferta formativa maioritariamente dirigida às profissões tradicionalmente masculinas, pretendendo ou não aceder a um emprego, o certo é que a probabilidade de o conseguirem, era por essas razões, bastante reduzida" (Lopes e Perista 2010:194).

A partir da década de 1980, promoveram-se esforços de modo a atenuar as disparidades entre homens e mulheres na educação e no emprego. Na década de 1990, assiste-se a uma presença mais significativa de mulheres no ensino superior, apesar de se continuarem a constatar áreas de estudo nas quais as mulheres estão menos representadas, como, por exemplo, Arquitetura (31%) e Engenharia (44%), no ano letivo de 1996-97 (Lopes e Perista, 2010). Dados relativos a 2004 apontavam já para uma taxa de feminização de 54,6% no ensino regular. Se no ano 1977-78 as mulheres constituíam 48% dos alunos inscritos no ensino básico, 49,5% no ensino secundário e 41,8% no ensino superior, em 2007-08 permaneciam 48,3% no básico, mas 52,6% no ensino secundário e 53,5% no ensino superior, evidenciando, sobretudo a partir dos anos 90, uma crescente feminização do ensino superior, quer universitário, quer politécnico, na ordem dos 55% (Araújo, 2010: 220-222).

No que diz respeito ao aproveitamento no ensino básico e secundário, também desde os anos 1990 as jovens-mulheres evidenciam uma taxa de aproveitamento sempre superior à dos jovens-homens: em 1994-95, 89,5% vs 85,1% no básico e 82,7% vs 74,4% no secundário; e em 2007-08, 87,7% vs 84,9% no básico e 72% vs 67,8% no secundário. Relativamente ao ensino superior, de acordo com os dados referentes a 2007-08, observam-se taxas mais elevadas de mulheres diplomadas. Assim, quanto às licenciadas, enquanto em 1970-71 elas constituíam 33,5%, em 1980-81 eram já 50%, em 1990-91 65,7%, em 2000-01 44,4% e em 2007-08 58,8%. No que respeita a mestrados e doutoramentos, por exemplo, no ano 2007-08, as mulheres superam os homens: 2594 vs 2237

mestrados integrados, 3833 vs 2441 mestrados e 649 vs 636 doutoramentos (Araújo, 2010: 222-224), não obstante as maiores dificuldades em cumprir os prazos, nomeadamente quando têm a cargo responsabilidades familiares.

O panorama geral, na restante Europa, é o de que as mulheres detêm níveis de escolaridade superiores aos dos homens (Eurostat, 2005). A variável idade interfere bastante na compreensão destes dados, uma vez que, se examinarmos as mulheres de um nível etário superior, verificamos que se passa, de forma geral, o contrário. Tal fenómeno está simultaneamente relacionado com a crescente feminização das universidades europeias e a importância de um diploma na redução das desigualdades de género no acesso ao emprego. O investimento na carreira profissional revela-se preponderante para as mulheres mais jovens, sendo que o nível educacional é explicativo de um maior envolvimento das mulheres no trabalho.

## **2. Igualdade de oportunidades: entre a reprodução e a mobilidade educacional**

Um dos tópicos centrais desta pesquisa centra-se na questão da igualdade de oportunidades que, no caso em questão, incide sobre a igualdade de oportunidades por género. Antes de mais, convém ressituar a problemática em dois níveis: um primeiro nível sobre o conceito de igualdade de oportunidades e suas raízes teóricas e ideológicas, o que não poderá ser levado a cabo sem implicar, em contraponto e num segundo nível, a desigualdade de oportunidades. A partir daqui levanta-se a pertinente questão: em que medida é possível equacionar a questão da igualdade de oportunidades por género desligada da questão da (des)igualdade de oportunidades *tout court*? Sem menosprezar a especificidade do problema em termos de género, como veremos, o problema da (des)igualdade de oportunidades convoca uma série de teorias que não é possível descartar e que se prendem com a temática das condições ou pré-requisitos básicos acerca da igualdade de oportunidades, cuja ausência ou presença e grau da mesma remetem para a problematização dos processos de manutenção/reprodução das desigualdades ou para a sua superação/diminuição, ora pela transformação social de estrutura, ora pela mobilidade social. Mas de quem? – Eis a questão central. Procurando especificar: em que medida o atual sistema económico, social e político vigente reproduz as desigualdades pré-existentes ou permite a alteração dessas situações? E, se possibilita, qual o seu significado e alcance? Trata-se duma transformação substantiva que abre as avenidas da mobilidade social a todos os cidadãos e cidadãs no gozo dos seus direitos e liberdades fundamentais ou restringe-se a um número mais ou menos restrito de grupos e indivíduos?

A questão central subjacente à problemática da reprodução e/ou mobilidade social reside em saber como é que se distribuem os recursos e as recompensas por cidadãos de diversas classes, etnias e géneros, como é que os portadores destas condições se reproduzem intra e intergeracionalmente no seu próprio seio e/ou conhecem processos de mobilidade vertical, ora em sentido descendente, ora em sentido ascendente.

Sobre esta questão têm-se perfilado diversas respostas teóricas que importa, sob forma resumida, enunciar e expor. Assim, autores como Parsons (1988), Dahrendorf (1959) e Bell (1975), considerando as sociedades modernas (suficientemente) democráticas e abertas a ponto de, por via educacional e por mérito próprio, oferecerem igualdade de oportunidades e selecionarem os melhores, sustentam que a mobilidade social dos indivíduos é o traço dominante de tais sociedades. Ou seja, contrariamente às sociedades tradicionais, em que o estatuto de um indivíduo é assente na base das relações de sangue, parentela ou compadrio, nas sociedades modernas a mobilidade é o facto recorrente, o que implica, em grande medida, a negação do princípio da reprodução social na base da classe ou de critérios adscritivos.

Nesta ótica, se, por um lado, as sociedades modernas conhecem um maior nivelamento social que as sociedades anteriores, por outro, tal não implica que se caminhe no sentido da igualdade social, o que é, segundo estes e outros autores, utópico e impossível. De resto, a posição teórica da inevitabilidade das desigualdades sociais, assumida como um dado inerente e universal a todas as sociedades, conhecendo justificações diversas ao longo do tempo, veio a ser trabalhada pela corrente estruturo-funcionalista, designadamente por Davis e Moore (1976) e, de modo mais sistémico, por Parsons (1988) e Merton (1970). Nesta perspetiva, as desigualdades sociais são justificadas a partir do pressuposto da existência de uma relação direta entre o mérito individual e as recompensas

oferecidas pela sociedade, em contraste com os critérios adscritivos de nascimento, de parentela ou de compadrio, legitimadores das desigualdades da velha ordem tradicional. Mais, segundo Dahrendorf (1959, 1990), entre outros, os processos de mobilidade, assim como a reprodução das desigualdades posicionais, decorreriam das capacidades e das ações diferenciadas dos indivíduos em aproveitar (ou não) as oportunidades oferecidas. Tratar-se-ia de tomar em mãos as oportunidades oferecidas pela sociedade aberta e democrática. Se, porém, subsistem desigualdades ou exclusões, tal se deve a que, no quadro da igualdade de oportunidades, as diferentes capacidades de resposta dos indivíduos resultam numa incontornável desigualdade de lugares posicionais. Ou seja, uma vez assegurados os princípios da liberdade e da criação de igualdade de oportunidades, as desigualdades sociais seriam decorrentes do princípio meritocrático, largamente propagado pelos teóricos e ideólogos da área liberal em termos políticos, entre os quais Dahrendorf (1993) e Bell (1977), mas também por autores de orientação social-democrata como Van Heek (1958).

Há nestes autores uma acentuação do papel dinâmico dos atores sociais, enquanto configuradores das próprias estruturas sociais. De resto, esta posição não é defendida nem exclusiva nem principalmente pelos (estruturo)funcionalistas – que assumem serem as normas e os valores do sistema social os princípios constituintes dos diversos estatutos e papéis. É-o também por correntes accionalistas – muito em particular, por neweberianos como Dahrendorf (1993) e Parkin (1979), que destacam as relações de poder como fator decisivo dos diversos lugares –, bem como pela própria corrente interacionista, ainda que já afastada de premissas estruturo-funcionais e realçando mais os processos de interação, negociação e concertação entre os atores sociais (cf. Goffman, 1974).

Num polo oposto situam-se as teorias marxistas ou marxizantes (Althusser, 1972; Poulantzas, 1975; Bertaux, 1978) e, numa primeira fase, Bourdieu e Passeron (1975). Estes autores sustentam, uns de modo (quase) absoluto e categórico, outros apenas como regra tendencial, que as desigualdades sociais, sobretudo as condições de classe, reproduzem-se intra e intergeracionalmente. As eventuais mudanças horizontais de sector para sector não infirmariam esta tese, cujos defensores partem do pressuposto de que, não se alterando os pressupostos básicos das desigualdades sociais inerentes a determinados sistemas, as diversas instituições e mecanismos jurídicos, socioeconómicos e políticos (casa, propriedade, herança, migrações e sistema educacional e judicial, partidos) tenderão a reproduzir as referidas desigualdades sociais. Porém, nesta perspetiva, se, por um lado, se afirma o princípio da reprodução social intra e intergeracional, por outro, não se assume a desigualdade social como uma fatalidade da natureza humana, nem sequer como efeito do princípio meritocrático, mas antes como resultado de um determinado grau de acesso e posse de determinados recursos, designadamente dos meios de produção em diversos modos de produção e da correspondente dominação das classes exploradoras sobre as dominadas e exploradas ao longo da história. Segundo Poulantzas (1975), o aspeto fundamental da reprodução das relações sociais – de classes sociais – não é o dos “agentes”, mas o da reprodução das classes sociais. Acentua-se, nesta interpretação marxista, o largo predomínio da estrutura sobre a agência – os atores sociais.

O debate centrado entre a primeira e a segunda posições encontra-se algo enviesado e até viciado pela interferência de justificações de carácter predominante ou até cerradamente ideológico. Enquanto os teóricos da reprodução social defendem a tese de que as desigualdades sociais, nomeadamente de classe, constituindo uma consequência do funcionamento de modos de produção exploradores e opressivos, só poderão ser banidas através da socialização dos meios de produção e da instauração de uma sociedade socialista, os defensores clássicos da tese da mobilidade social intra e intergeracional partem do pressuposto de que cada indivíduo será remunerado na sua função de acordo com o seu talento e/ou mérito e, por isso, a atual sociedade moderna, sem eliminar as desigualdades sociais, permite a todos a igualdade de oportunidades e, portanto, a possibilidade legal e real de ascensão social. No fundo, também esta posição pretende, de modo subliminar e sub-reptício, veicular a ideologia de que, se os indivíduos o quiserem e investirem nesse sentido, poderão, desde que acedam aos critérios vigentes e se conformem com os padrões dominantes, ascender socialmente. É por esta razão que os marxistas rejeitam a teoria da mobilidade social como regra, acusando os seus defensores de tal constituir uma forma de alienação político-ideológica favorável à burguesia, na medida em que cria expectativas irrealistas e irrealizáveis para a esmagadora maioria dos membros das classes assalariadas ou destituídas de recursos. Ora, mesmo que tal possa

constituir parte integrante da ideologia burguesa, trata-se de deslindar o real do ideológico e aferir até que ponto se verifica ou não um determinado grau de mobilidade, sem cair noutra ponta de partida, também ele apriorístico e ideológico.

Outros autores, neomarxistas e/ou críticos do marxismo tradicional (Bourdieu, 1980; Bader e Benschop, 1988; Benschop, 1993), bem como pós-marxistas e/ou neweberianos (Giddens, 1981; Goldthorpe, 1987), aceitando *grosso modo* a tese da reprodução social, admitem contudo, sobretudo em sociedades modernas ou em transição para a modernidade, um maior ou menor grau de mobilidade social não só no sentido descendente – o que é aliás reafirmado pelos marxistas em relação a processos de proletarização e, mais ou menos visível, pelo menos, a longo prazo, e a diversos contextos históricos –, mas também e sobretudo em sentido ascendente – o que é destacado e reassumido como fenómeno frequente por autores não marxistas tais como Berting (1956) e outros ora liberais ora neoinstitucionais, já acima referidos.

Aplicando esta tese à questão referida, tal implica que determinada estrutura social permite a reprodução e/ou o reforço social da maior parte dos membros de cada grupo social no seu seio, mas admite que, em determinadas circunstâncias proporcionadas pela mobilidade espacial e respetivas oportunidades de vida, a potenciação e o investimento de determinadas capacidades, habilidades e demais recursos possam ora influenciar ora infletir as trajetórias biográficas ao ponto de se tornar possível uma subida social. Do mesmo modo, a emergência de determinados ambientes adversos, a falta de oportunidades e a ocorrência de certos contratempos (doença, epidemia, desemprego, perseguição política) podem desembocar numa descida social. Nesta perspetiva, trata-se de, sem perder de vista os constrangimentos estruturais e a lógica da reprodução social, relevar as trajetórias sociais dos atores sociais – neste caso das mulheres, ora em situação de empreendedoras relativamente autónomas, ora, na maior parte dos casos, como assalariadas em posições relativamente desvantajosas, ressaltando todavia casos minoritários que, numa orientação estratégica em base familiar, tenham criado condições para se moverem socialmente e/ou tenham contribuído para a transformação social.

À partida e considerando dados obtidos nesta e noutras pesquisas empíricas, inclino-me para a terceira posição, na medida em que, explicitando um perspectiva teórica crítica dos posicionamentos meritocráticos e sustentando o quadro teórico da tese da reprodução social aplicável à grande maioria das famílias e indivíduos, não podemos, com base nos dados obtidos, deixar de avaliar outros que, em maior ou menor medida, conheceram situações de melhoria social e, inclusive nalguns casos, de mobilidade ascendente, a par de outros de mobilidade descendente. Ou seja, na medida em que perfilhamos um olhar teórico cruzado, incorporando contributos neomarxistas e weberianos, situamo-nos numa posição de abertura teórica ao conjugar elementos que permitam justamente medir e avaliar quer as situações de reprodução, quer os tipos e graus de mobilidade social. Estes dependem e variam certamente de sociedade para sociedade e, eventualmente, de local para local e de período a período histórico e, em particular, pela combinação de factores políticos e institucionais a nível nacional e sobretudo europeu, especialmente, com seus programas em prol da paridade de género.

Com a revisitação do debate em torno da reprodução *versus* mobilidade social, poderia parecer algo despropositado começar por equacionar o problema não a partir das desigualdades de género, bem como da sua aferição face ao princípio da igualdade de oportunidades por género, mas justamente a partir da questão mais ampla, abrangente e profunda das desigualdades, dos seus vários tipos e, em especial, das de classe. Neste sentido, a mulher enquanto actora social, trabalhadora e mãe, amiúde cuidadora na casa, é duplamente vítima da desigualdade social nos processos de reprodução social (cf. Harris y Young 1981).

Como veremos, a propósito da análise dos dados empíricos, este ponto de partida vai proporcionar-nos certamente uma via de compreensão, interpretação e explicação das situações de exploração, hierarquização e dominação que não passam apenas pela desigualdade de género, mas são com ela coexistentes ou até a elas se sobrepõem, em termos de percepção social e consciência por parte das mulheres, nomeadamente em contexto laboral.

Só articulando a problematização das (des)igualdades sociais em geral com a específica desigualdade de género se poderá enquadrar e compreender o maior ou menor relevo dado pelos homens e sobretudo pelas próprias

mulheres às diversas formas de tratamento desigual por género. Tal como foi possível concluir num outro estudo realizado por Marques, Silva e Veiga (2006), são justamente as desigualdades de classe que amiúde acabam por diluir, em certos contextos, as de género, não porque estas sejam menos importantes social e politicamente, mas porque ressaltam relativamente menos que as primeiras.

Concretizando, os salários de homens e mulheres, como veremos, são tão baixos que é este o facto social mais marcante na perceção das mulheres, não obstante serem em média inferiores em 20% ou mais. Mais, em concelhos sobretudo do Norte e Centro, tratando-se de um contexto de industrialização difusa e assente predominantemente em mão de obra intensiva, o salário é visto, sobretudo em mulheres providas de unidades familiares de agricultura parcial, como um complemento do rendimento familiar. Tais situações são propiciadoras de um amortecimento da conflitualidade e reivindicação laborais e mesmo de consentimento com o estado de coisas, seja do prisma das relações de género, seja do das relações de exploração e dominação em termos de classe, tal como o desenhou e desenvolve Burawoy (1979) e, em Portugal, Silva (1998), em contexto rural minhoto sobre o campesinato, e Estanque (1999), em contexto fabril, nomeadamente entre os operários do calçado em São João da Madeira. Mas voltemos a confrontar estes posicionamentos teóricos com os dados empíricos recolhidos.

### 3. Educação, percursos intergeracionais e desigualdades de género

Passando agora para a análise das características educacionais dos respondentes da amostra e as suas semelhanças ou diferenças com as da população portuguesa, uma variável relevante é a que se refere à distribuição global dos inquiridos por grau de instrução. Segundo os dados do inquérito constata-se a presença, ainda que baixa, de pessoas analfabetas (3,4%). Estas, somadas a pessoas que, embora sabendo ler e escrever, não completaram a 4ª classe perfazem uma não desprezável taxa de 10,2%. Porém, o grosso das pessoas inquiridas situa-se nos escalões baixos ou intermédios de escolaridade – 1º ciclo básico, 2º e 3º ciclo –, os quais somam 66,7%, o que é indicativo de uma população pouco qualificada, sendo o 1.º ciclo básico o nível modal.

O ensino secundário é possuído por 14% dos respondentes, os quais, agregados aos 1,2% de indivíduos possuidores de curso profissional ou médio, completam 15,2%. Por fim, as pessoas detentoras de curso superior, pós-graduação e mestrados perfazem 7,8%, contrariando a ideia de estarmos perante a massificação do ensino superior. Cruzando a idade, ou mais precisamente, os escalões etários por sexo, obtemos os resultados expressos na Figura 1.

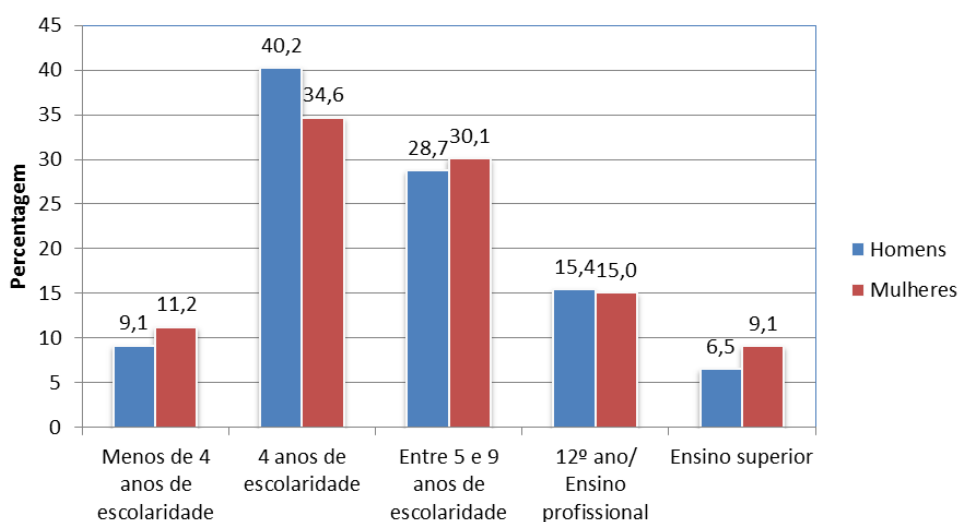


Figura 1 - Escolaridade por sexo (%). Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 Homens; 419 Mulheres)



Salvo a categoria dos indivíduos com 4 anos de escolaridade em que se verifica uma vantagem dos homens sobre as mulheres (40% vs 35%), mais frequente nas categorias etárias mais velhas, assinala-se que nas demais ou se verifica um empate ou um ligeiro predomínio das mulheres na escolaridade, mais presente entre as gerações mais jovens. Tal tendência corrobora a tese de feminização do ensino secundário e ensino superior. Os dados relativos ao ano lectivo de 2007/2008 apontam para uma taxa de feminização do ensino secundário fixada nos 52,6% e de ensino superior situado nos 53,5% (Araújo 2010). Estudos centrados nestas questões (cf. Costa e Machado 2007, Araújo 2010) constataam que são as mulheres que ingressam maioritariamente nas universidades, sendo também elas que concluem os seus cursos com maior sucesso.

Se cruzarmos os escalões de idade com a escolaridade dos inquiridos, obtemos os seguintes resultados evidenciados na Figura 2.

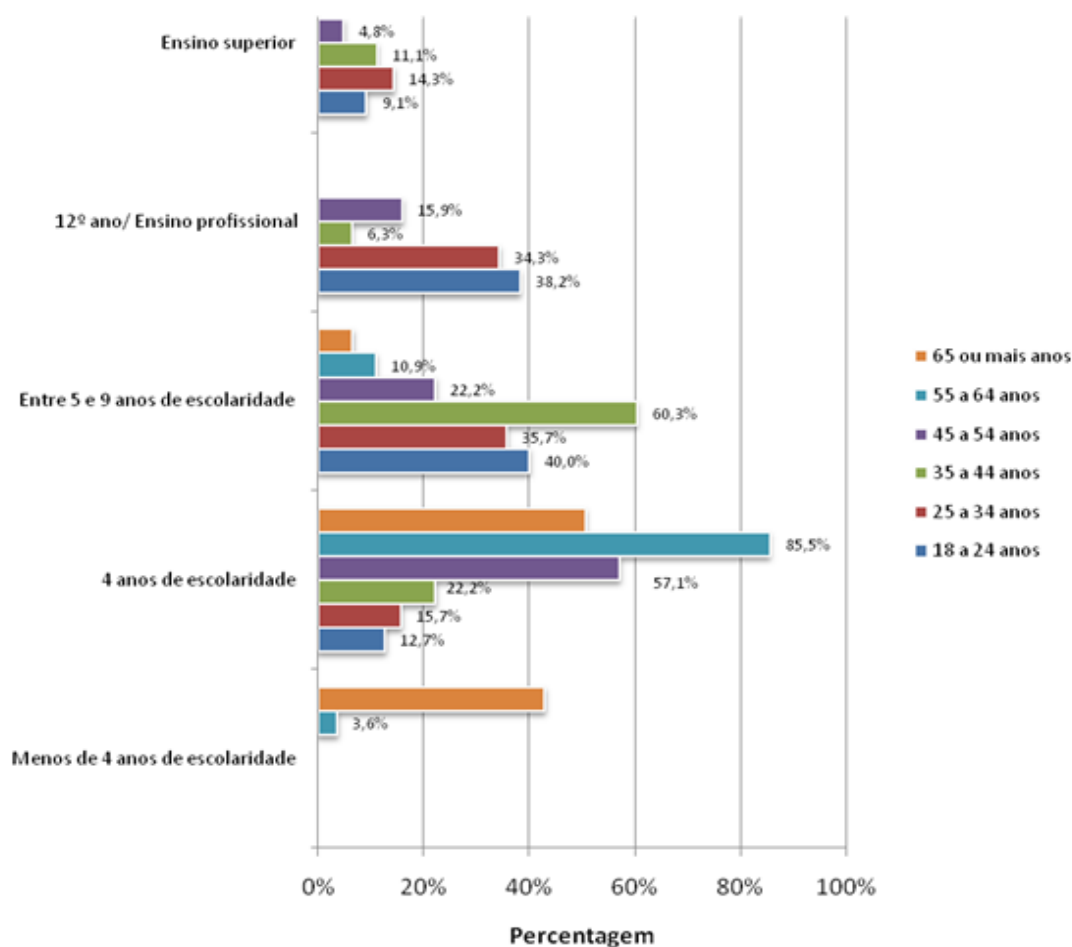


Figura 2 - Escolaridade por escalões etários: homens (%). Fonte: IDG, 2011; N=383

Da figura 2 se infere que os detentores do diploma do ensino superior se situam menos nos escalões mais idosos (4,8%) e mais nos escalões intermédios (11,1%) e sobretudo nos escalões mais jovens, a saber, dos 18 aos 34 anos, com 23,4%. A reduzida proporção de idosos com formação superior pode ser explicada por condicionantes estruturais, em particular, o fechamento socioeconómico que vigorava durante o regime ditatorial português no acesso à educação. O mesmo se pode dizer e com maior expressão sobre quem

detenha o 12º ano ou curso profissional – 72,5% entre os 18 a 34 anos *versus* 22,2% de pessoas com 35 ou mais anos –, ainda que praticamente sem expressão acima dos 55 anos. Entre o 5º e o 9º ano situam-se pessoas em escalões etários intermédios, embora haja também uma relativa dispersão por outros escalões. Neste caso, deparamo-nos com um segmento populacional que usufrui de circunstâncias de democratização do ensino superior, o que reflecte as taxas mais elevadas de escolarização.

Cruzando a escolaridade das mulheres por escalões etários, obtemos a distribuição visível na Figura 3.

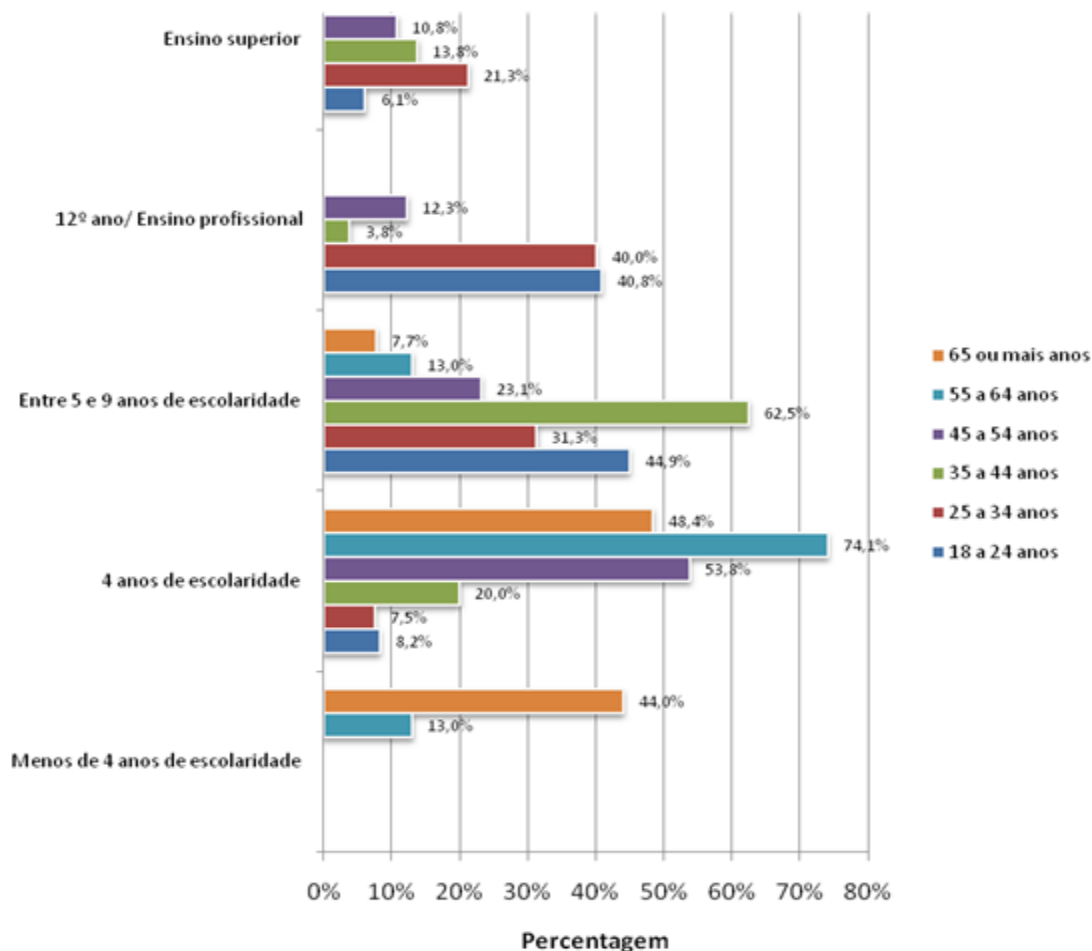


Figura 3 - Escolaridade por escalões etários: mulheres (%). Fonte: IDG, 2011; N=419

Na Figura 3 pode ler-se uma relação semelhante à encontrada na escolaridade com os escalões etários masculinos: constata-se que as detentoras do diploma do ensino superior se situam mais nos escalões menos idosos, com forte presença nos escalões intermédios e sobretudo nos escalões mais jovens, a saber, dos 18 aos 34 anos. Em todo o caso, relativamente às mulheres que detêm o 12º ano ou curso profissional, verifica-se igualmente uma forte expressão nos escalões mais jovens que nos de maior idade: 80,8% entre os 18 a 34 anos *versus* 16,1% com 35 ou mais anos, dos quais 12,3% acima dos 45 e mais anos. Entre o 5º e o 9º ano situam-se pessoas em escalões etários intermédios e superiores: entre os 35 e 44 anos, embora também entre jovens. Por fim, com 4 anos de escolaridade e sobretudo com menos de 4 anos de escolaridade, sobressaem de longe as categorias etárias mais idosas dos 55 anos e sobretudo com mais de 65 ou mais anos. Estes dados levam a concluir que quanto mais se ascende nos escalões etários, menos indivíduos qualificados em habilitações e vice-versa: quanto mais jovens, maiores níveis de habilitação e com mais elevada percentagem. Esta tendência contraria aquela observada nas faixas etárias mais idosas, onde maioritariamente as mulheres são menos escolarizadas que os homens. Mas as mulheres que

nasceram depois de 1955 mostram já um trajecto escolar muito diferenciado das anteriores, contribuindo para a situação verificada em 2001: a escolaridade das mulheres na faixa etária dos 25-34 anos é claramente superior no ensino secundário e superior (Resende e Vieira, 2003).<sup>1</sup>

Quanto à escolaridade dos homens-pais dos inquiridos, analisando-a pelos níveis ou escalões de escolaridade, constatamos que, salvo 5,1% que detêm o diploma de ensino superior e 11,1% que completaram o 12º ano ou um curso profissional, os demais, na sua grande maioria, têm baixa ou baixíssima qualificação: 18,3% entre 5º e o 9º anos, 42,9% com 4 anos de escolaridade e 22,6% com menos de 4 anos de escolaridade. Estes resultados são elucidativos de um volume considerável de baixas qualificações, o mesmo se comprovando na Figura 4, mais especificamente relativa aos níveis de escolaridade dos pais dos respondentes:

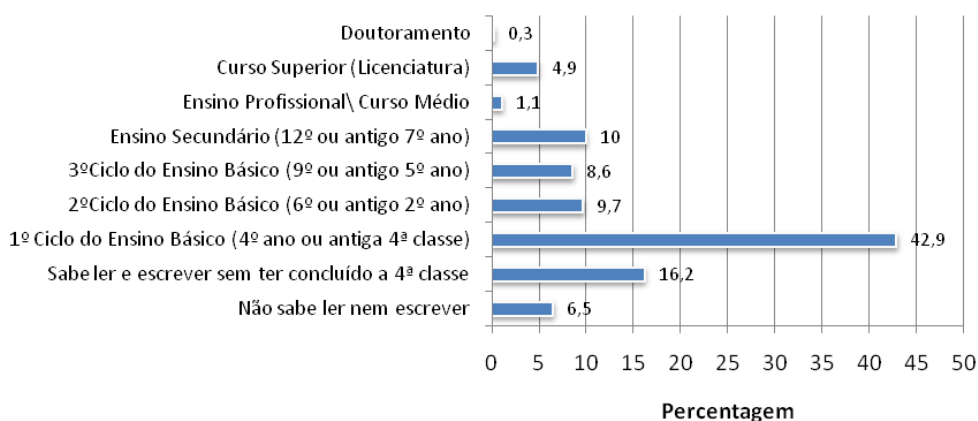


Figura 4 - Escolaridade dos pais-homens dos inquiridos/as (%). Fonte: IDG, 2011; N=371

Tal como se pode depreender da Figura 4, salvo 0,3%, 4,9% e 1,1% que detêm respectivamente doutoramento, licenciatura e curso médio/profissional, seguido de 10% com o ensino secundário, a grande maioria detém baixas qualificações: 18,3% com 6º e/ou 9º ano, 42,9% com ensino básico, 16,2% que, embora saiba ler e escrever, não frequentou a escola básica e 6,5% de analfabetos em sentido literal.

A fim de aferirmos o nível de escolaridade das mães dos inquiridos/as respondentes, a Figura 5 oferece-nos um mapa da sua distribuição:

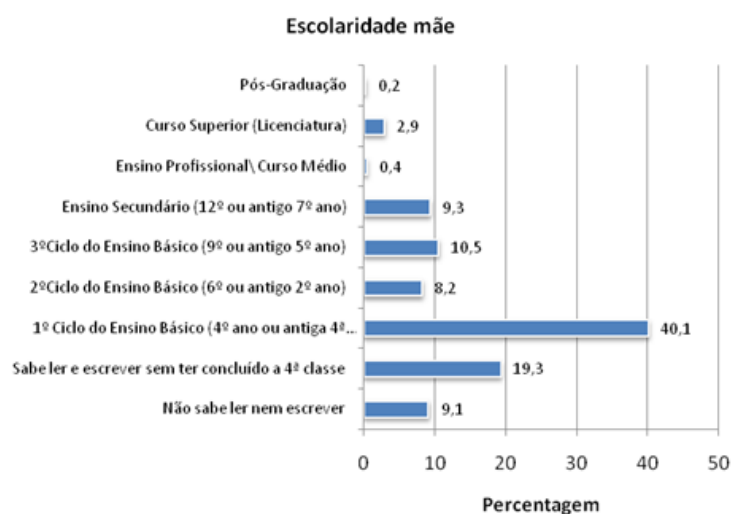


Figura 5 - Escolaridade das mães das inquiridos/as (%). Fonte: IDG, 2011; N=486

Tratando-se das mães das pessoas inquiridas, os resultados são indiciadores de uma alta taxa de analfabetismo (9,1%) e de baixa escolaridade com 48% (40,1% com quarta classe e 8,2% com o 6º ano ou antigo 2º ano), perfazendo um total de 57% das mães dos inquiridos/as. Seguem-se franjas intermédias de 19,8% contabilizando o 9º e o 12º ano, mas a partir daí são verdadeiramente residuais, ou seja, apenas 0.4% mulheres tinham curso profissional e 3,1% curso superior graduado ou pós-graduado. Reagrupando os dados por escalões de escolaridade, constatamos que as mães dos inquiridos/as situam-se nos escalões baixos ou muito baixos de escolaridade. Dito de outra forma, contabilizando as que tiveram menos de 4 anos de escolaridade e as que são detentoras do certificado da 4ª classe chega-se a 68,5%, a que se seguem 18,7% com o 6º e o 9º anos de escolaridade e 9,7% com o 12º ano e/ou ensino profissional, restando uma taxa muito baixa de mulheres com o curso superior (3,1%).

Em suma, as mães dos inquiridos/as são menos escolarizadas do que os seus pais-homens. Esta constatação leva-nos também a concluir que a feminização do ensino superior é um fenómeno recente pelo que as mulheres mais velhas têm sido, até ao início do século, afectadas com maior intensidade por níveis educacionais limitados. Interessa agora conhecer o grau de mobilidade escolar dos inquiridos/as em relação aos seus pais e mães, o que nos é dado pelas Figuras 6:

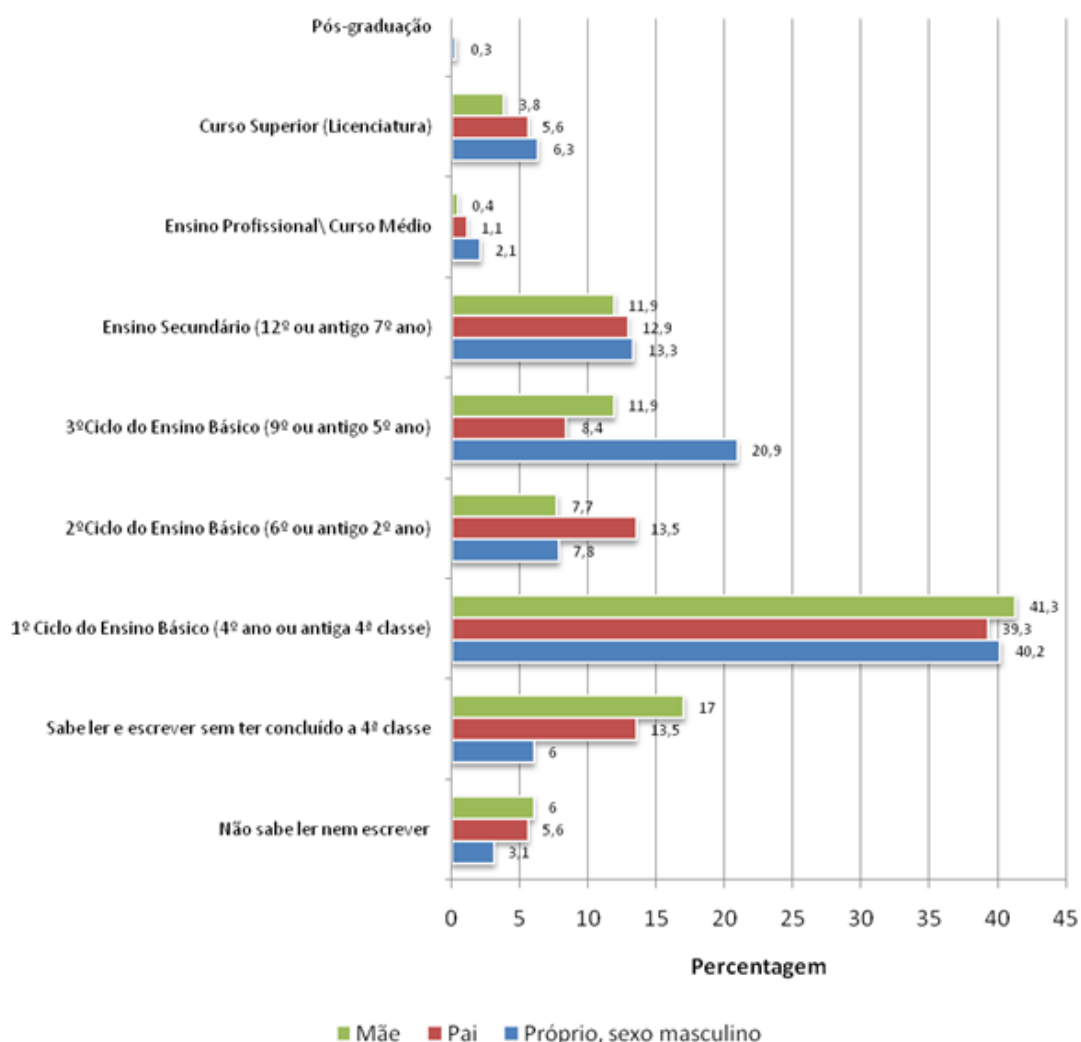


Figura 6 - Escolaridade do próprio vs a do pai e da mãe: homens (%). Fonte: IDG, 2011; N=371

Da figura 6 ressalta que, de uma forma geral, os inquiridos homens possuem níveis de escolaridade superiores aos do pai e sobretudo aos da mãe, pelo que se observa maior representatividade dos progenitores nas categorias mais desprovidas de recursos educacionais. Nota-se igualmente tendências semelhantes de escolaridade entre o pai e a mãe dos inquiridos, não se evidenciando disparidades acentuadas a este nível. Apenas na categoria que se refere ao 2º ciclo do ensino básico se percepçiona uma diferença que ronda os 6%. A análise referente às mulheres inquiridas demonstra uma situação ligeiramente diferente, como evidencia a Figura 7.

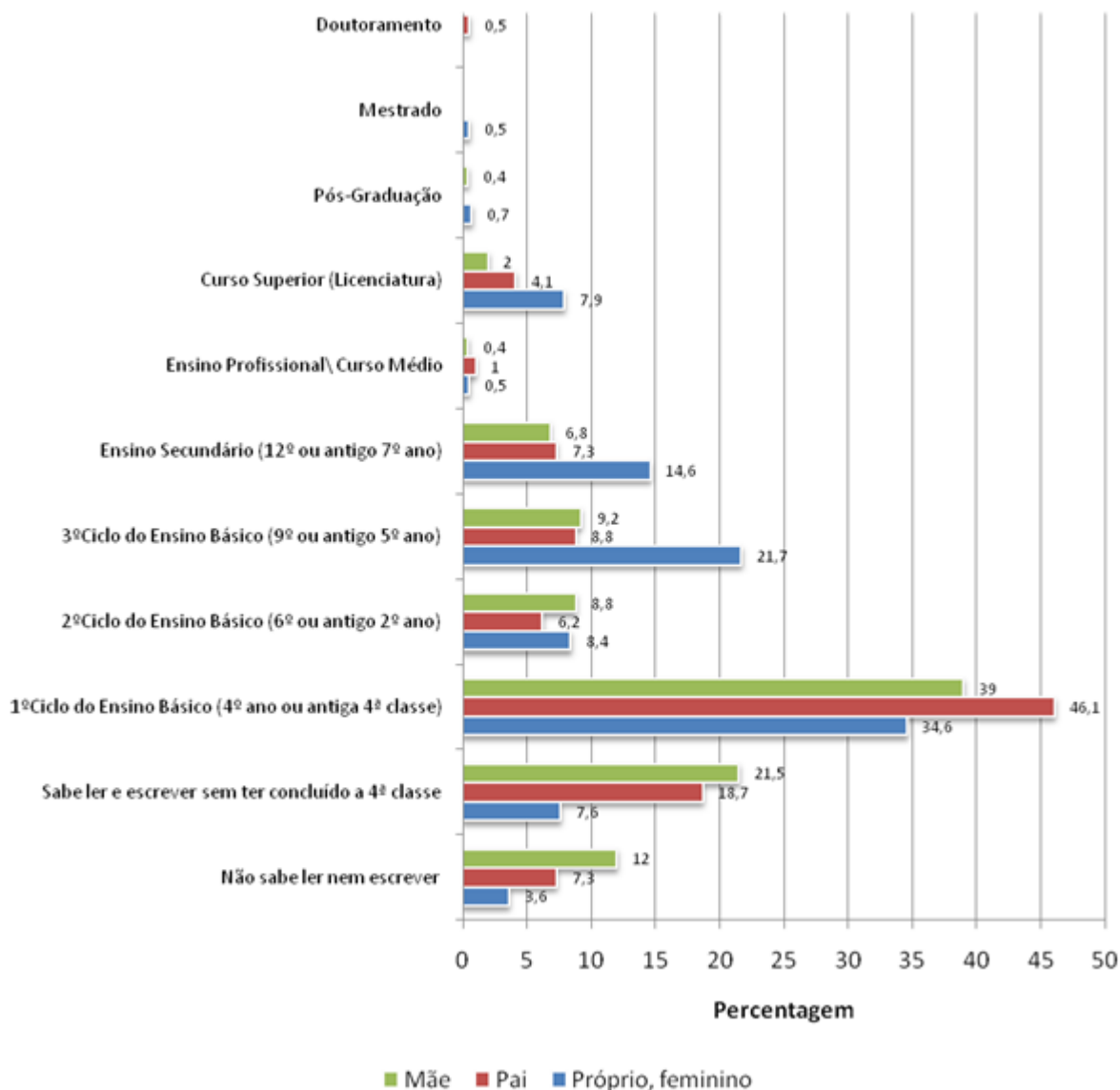


Figura 7 - Escolaridade da própria vs a do pai e da mãe: mulheres (%). Fonte: IDG, 2011; N=371

Quanto à escolaridade dos progenitores das inquiridas, destaca-se, por um lado, tal como no caso progenitores dos homens, uma concentração nos níveis escolares mais baixos e, por outro, uma menor representatividade em níveis educacionais mais elevados em relação à figura 10. Evidencia-se, como categoria modal, tanto para os pais como para as próprias respondentes, o 3º Ciclo do Ensino Básico.

Questionadas as pessoas inquiridas relativamente à escolaridade do (ex)cônjuge, pudemos verificar que a maioria detém baixas ou médias escolaridades: para além de 1,9% de analfabetos e 9,2% que sabe ler e escrever mas não concluiu a 4ª classe, há 28,11% com a 4ª classe, 12,7% com o 2º e 19,8% com o 3º ciclo, o que perfaz um total de 71,7% com baixas qualificações. Já num pólo oposto de escolaridade média ou elevada, há a notar 18,6% com ensino secundário ou profissional/curso médio, 8,5% com curso superior e 1,2% com pós-graduação, incluindo mestrados e doutoramentos (IDGPC, 2011). Se diferenciarmos por sexo, a Figura 8 mostra-nos os resultados obtidos:

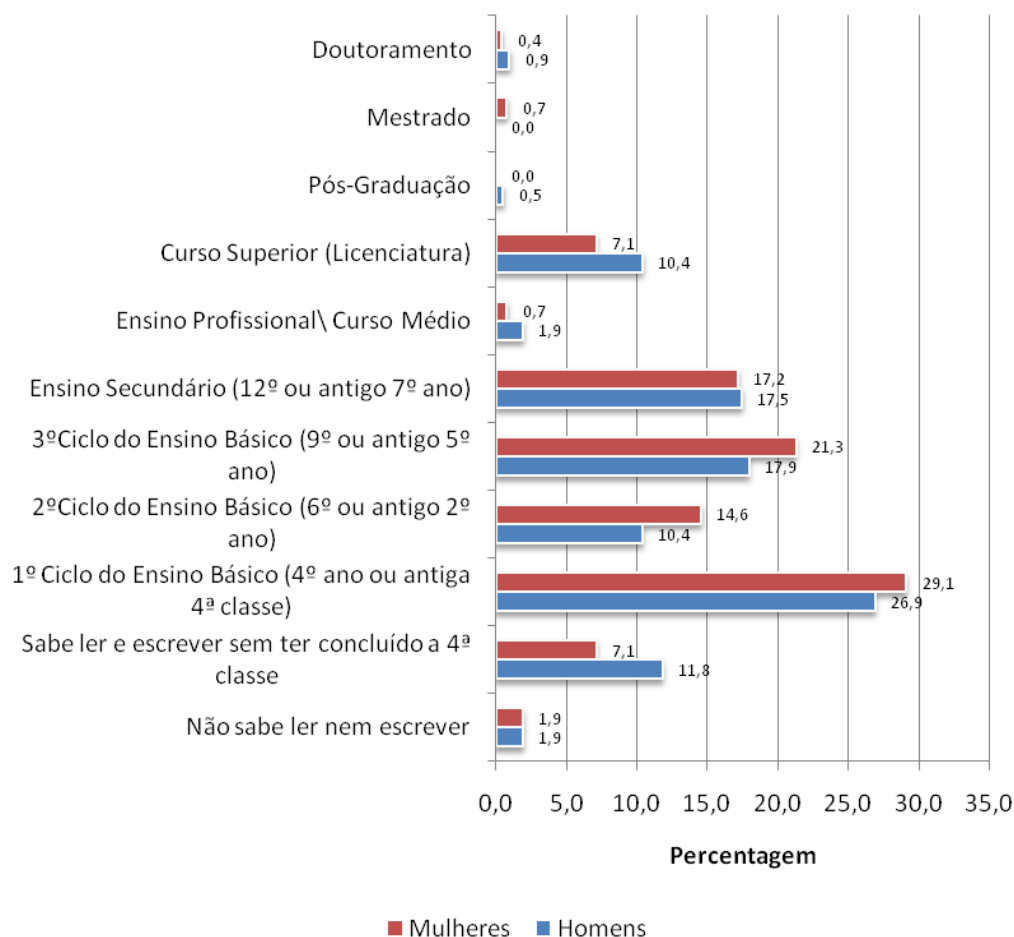


Figura 8 - Escolaridade do (ex)cônjuge por sexo do inquiridos/as (%). Fonte: IDG, 2011; N=480 (212 Homens; 268 Mulheres)

Os dados da figura 8, distribuídos por sexo, mostram que não há diferenças consideráveis, anulando-se mutuamente no escalão seguinte próximo: exemplo, entre os que sabem ler sem ter concluído a 4ª classe (11,8% de homens vs 7,1% de mulheres), a vantagem dos homens nesta categoria é contrabalançada no 1º, no 2º e no 3º ciclos em que são as mulheres a superar os homens. Porém, os homens mantêm uma percentagem maior no que respeita a conclusão da licenciatura, mestrado e doutoramento (11,8% para homens vs 8,2% de mulheres), não se verificando ainda o efeito da maior percentagem de mulheres nos cursos de graduação e pós-graduação, nomeadamente desde 1995.

Semelhantes resultados se obtêm sobre os escalões de escolaridade por sexo dos inquiridos. Solicitados a declarar a escolaridade, verifica-se uma maior percentagem de homens nos extremos: seja nos escalões com menos de 4 anos de escolaridade, seja nos dois últimos escalões, ou seja, 12º ano/ensino

profissional e no ensino superior, sendo sobretudo este último denotativo da real desvantagem das mulheres, resultados que não podem ser extrapolados para o total de inquiridos e, muito menos, em relação ao universo das mulheres no país.

Em relação aos efeitos ou implicações da progressiva inclusão das mulheres no sistema de ensino e inclusive a sua superação no ensino superior por comparação com os homens, essa conquista não encontra expressão equivalente na transição para o mercado de trabalho, sendo ainda persistente a segregação profissional com base no género nomeadamente no tipo de cargos e funções, na renumeração auferida, no grau de precariedade laboral e de desemprego: “*O facto de ser homem ou mulher faz com que um mesmo diploma de ensino superior assuma valores diferenciados de utilização na vida activa*” (Alves, 2004:243). Subsiste, portanto, uma associação entre o género e a transição para o trabalho. Com efeito, as mulheres, embora cada vez mais escolarizadas, estão mais sujeitas ao desemprego, a níveis de renumeração inferiores e a vínculos contratuais marcados pela incerteza de continuidade de trabalho, pelo que, na prática, o valor do diploma no ensino superior está fortemente condicionado pelo género do seu portador, tal como observa Alves (2005:120):

*“Apesar deste crescimento continuado do número de diplomadas do ensino superior, é importante sublinhar que o exemplo mais evidente de que o diploma de ensino superior não tem um valor universal, encontra-se nas diferenças que se verificam entre diplomados e diplomadas.”*

A inserção da mulher no mercado de trabalho está longe de ser uma integração plena ou mesmo igualitária comparativamente à dos pares masculinos. Dentro deste quadro, a variável género é assim co-explicativa de muitas das dinâmicas que se desenrolam (e perpetuam) dentro das dinâmicas laborais. Ainda assim há que ter sempre em conta variáveis como os níveis educacionais, a classe social e as expectativas e valores, de forma a compreender mais aprofundadamente as desigualdades de género. Por outro lado, as jovens diplomadas são mais atingidas por trabalhos precários e pelo risco do desemprego, sobretudo em tempos de crise, tal como refere Gonçalves (2005:133):

*“estão mais fragilizadas no mercado de trabalho na medida em que predominantemente ocupam postos de trabalho pouco qualificados e contratualmente precários, os quais são objecto privilegiado de redução em momentos de crise económica e de contracção dos custos salariais das organizações”.*

Apesar de uma progressiva mobilidade educacional por parte das mulheres, a taxa de qualificações mais elevada que os homens não tem produzido efeitos reais equivalentes no mercado de trabalho, como o evidenciam alguns estudos.<sup>ii</sup> Ou seja, não há uma correlação positiva entre a aquisição de recursos educacionais por parte das mulheres e a ocupação de lugares qualificados no mercado de trabalho.

#### **4. Conclusão**

Com base nos resultados na pesquisa e procurando sintetizar as conclusões mais relevantes neste capítulo foi assim possível, além de constatar o atraso relativo na educação por comparação com outros países, traçar um mapa de percursos escolares a nível intergeracional, em que se observa uma gradual mobilidade educativa ascendente dos inquiridos(as) em relação aos seus pais. Mais ainda, não obstante se verificarem, ao longo do tempo e até às últimas décadas, assimetrias de género em detrimento das mulheres, comprova-se, de facto, na actualidade uma mobilidade educacional ascendente mais intensa entre as mulheres, expressa numa taxa de qualificações superiores mais elevada que entre os jovens-homens, inclusive quando, como o evidenciam vários estudos, tal não se traduz em posições de liderança e de poder na economia, na sociedade e nas instituições.

## Referências

- Aboim, Sofia (2010). “Género, família e mudança em Portugal”. In K.Wall, S. Aboim e V. Cunha (orgs), *A vida familiar no masculino. Negociando velhas e novas masculinidades* (pp.39-66), Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Almeida, Ana Nunes, André, Isabel & CUNHA, Vanessa (2005). “Filhos e filhas: uma diferente relação com a escola” In K. Wall (org), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações e Redes Sociais* (pp.517-550), Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Althusser, Louis [1972 (1965)]. *Pour Marx*, Paris: Maspero.
- Alves, Mariana Gaio (2004). Os diplomados do Ensino Superior: diferenciação sexual nos processos de inserção profissional, *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*, vol 14: pp.227-250.
- Alves, Natália (2005). *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados 1999-2003*, Lisboa: Reitoria da Universidade de Lisboa.
- Amâncio, Lígia (2004) (org.), *Aprender a Ser Homem. Construindo masculinidades*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Araújo, Helena Costa (2000). *Pioneiras na Educação – as Professoras Primárias, Contextos, Percursos e Experiências em Portugal, 1870-1933*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Araújo, Helena Costa (2010). “Escola e construção da igualdade no trabalho e no emprego”. In V. Ferreira (org), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal. Políticas e Circunstâncias* (pp. 217-245), Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Bader, Veit & Benschop, Albert (1988). *Ongelijkheid*, Groningen: Wolters Noordhoff.
- Bell, Daniel (1977). *O advento da sociedade pós-industrial. Uma tentativa de previsão social*, São Paulo: Editora Cultrix.
- Benschop, Albert (1993). *Klassen. Ontwerp van een transformationele klassenanalyse*, Groningen: Wolters-Noordhoff.
- Bertaux, Daniel (1977). *Destinos sociais e estrutura de classe*, Lisboa: Moraes Editora.
- Bourdieu, Pierre (1980). *Le sens pratique*, Paris: Minuit.
- Bourdieu, Pierre & Passeron, Jean Claude [1975(1970)]. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Burawoy, Michel (1979). *Manufacturing Consent*, Chicago e Londres: University of Chicago Press.
- Dahrendorf, Ralf (1959). *Class and Class Conflict in Industrial Society*, Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Dahrendorf, Ralf (1990). “A New Social Contract”. In R. Dahrendorf (org.), *The Modern Social Conflict – An Essay in the Politics of Liberty*, Berkeley & Los Angeles: University of California Press.
- Davis, Kingley & Moore, Wilbert E. [1976 (1945)]. “Alguns princípios de estratificação”. In O. Velho *et al.* (orgs.) *Estrutura de classes e estratificação social* (pp.115-132), Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Estanque (1999). *Entre a fábrica e a comunidade*, Porto: Afrontamento.
- Estanque, Elísio & MendeS, José Manuel (1997). *Classes e desigualdades sociais em Portugal. Um estudo comparativo*, Porto: Afrontamento.
- Ferreira, Virgínia (1993). “Padrões de segregação das mulheres no emprego – uma análise do caso português no quadro europeu”. In B.S. Santos (org) *Portugal: um retrato singular* (pp. 231-257), Porto:Afrontamento.



- Giddens, Anthony (1981). *A estrutura de classes nas sociedades avançadas*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Goffman, Erving (1974). *Les rites d'interaction*, Paris: Éditions du Minuit.
- Goldthorpe, John (1987). *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, Oxford: Oxford University Press.
- Gonçalves, Carlos Manuel (2005). Evoluções recentes do desemprego em Portugal. *Sociologia*, vol 15: pp.125-163, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Harris, Olivia & Young, Kate (1981). "Engendered Structures: Some Problems in the Analysis of Reproduction". In J. S. Khan & J.R. Llobera (orgs), *The Anthropology of Pre-Capitalist Societies* (pp. 109-147), Londres:MacMillan.
- Hartman, Heidi (1982). "Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex". In A. Giddens & D. Held (orgs), *Classes, Power and Conflict* (pp. 446-469), Londres:MacMillan Education Ltd.
- Lopes, Margarida Chagas & Perista, Margarida (2010). "Trinta anos de educação, formação e trabalho: convergências e divergências nas trajetórias de mulheres e homens". In V. Ferreira (org), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal. Políticas e Circunstâncias* (pp. 191-216), Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Marques, Ana Paula, SILVA, Manuel Carlos & VEIGA, Carlos (2006). *Assimetrias de Género e Classe. O caso das empresas de Barcelos*, Barcelos: Kerigma.
- Marx, Karl [1974 (1867)]. *O Capital*, Lisboa: Delfos.
- Merton, Robert (1970). *Sociologia: teoria e estrutura*, S. Paulo: Editora Mestre Jou.
- Parkin, Frank (1979). *Marxism and Class Theory: a Bourgeois Critique*, Londres: Tavistock Publications.
- Parsons, Talcott [1988(1951)]. *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.
- Poulantzas, Nicos (1975). *Classes in Contemporary Capitalism*, Londres: NLB.
- Resende, José Manuel & Vieira, Maria Manuel (2003). "Famílias e Escola: Processos de Construção da Democratização Escolar". In M. M. Vieira, J. Pintassilgo & B. Portugal e Melo (orgs.), *Democratização escolar: Intenções e Apropriações*. Lisboa: Centro de Investigação em Educação da FCUL.
- Schouten, Maria Joana (2011). *Uma Sociologia do Género*, Vila Nova de Famalicão:Edições Húmus.
- Sebastião, João (1998). "Portugal, que modernidade? Os dilemas da escolaridade. Universalização, diversidade e inovação". In J.M. Viegas e A.F. Costa (orgs), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras; Celta.
- Silva, Manuel Carlos (1998). *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto:Afrontamento.
- Silva, Manuel Carlos (2009). *Classes Sociais: condição objectiva, identidade e acção colectiva*, Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Silva, Sofia Marques (2010). "Mulheres e feminilidade em culturas ocupacionais de hegemonia masculina". In V. Ferreira (org.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal. Políticas e circunstâncias* (pp. 293-332). Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Torres, Anália (2002). *O casamento em Portugal. Uma análise sociológica*. Oeiras: Celta.
- Valle, Ana María Tepichin (2008). "El género en la pobreza: hacia un balance del avance conceptual". In M. Prieto (org), *Mujeres y escenarios ciudadanos* (pp. 83-95), Quito: FLACSO e Ministério de Cultura del Ecuador.
- Wall, Karin & Amâncio, Lúcia (2007). *Família e Género em Portugal*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Weber, Max [1978 (1920)]. *Economy and Society*, editado por G. Roth & C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.

Wolffensperger, J. (1991). “Engendered structure: Giddens and the conceptualisation of gender”. In K. Davis. M. Leijenar & J. Oldersma (orgs.), *The Gender of Power*. Londres: Sage Publications.

Wright, Eric Olin (1985). *Classes*, Londres, Nova Iorque: Verso.

---

<sup>i</sup> Cf. também Torres (2002), Lopes e Perista (2010). Para explicação do fenómeno, importará ter presente o papel das mães das jovens qualificadas. Cf., a este respeito, contributos de A.N. Almeida, I. André e V.Cunha (2005). Wolffensperger (1991) aponta a estrutura genderizada no quadro das hierarquias sociais, mas não deixa de relevar a agência na interface com o sistema social.

<sup>ii</sup> Cf. Amâncio, 2004; Wall e Amâncio, 2007; Marques, Silva e Veiga, 2006; S. M. Silva, 2010; Aboim, 2010. Cf., também a nível internacional, Valle (2008). Estes estudos evidenciam que as qualificações, nomeadamente de estudos superiores das mulheres não só não se traduzem em iguais oportunidades no mercado de trabalho, menos ainda igual acesso a postos dirigentes e, mesmo quando as relações de poder intradoméstico se alterem, tão pouco uma maior qualificação educacional das mulheres se reflecte numa partilha mais equitativa e simétrica do trabalho doméstico.